Países debatem aumento do acesso a bancos de dados científicos

---

Experiências sobre a oferta de informações científicas de países ibero-americanos foram apresentadas na Conferência Internacional de Acesso à Informação Científica e Tecnológica, promovida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC).

O diretor de Programas da Capes, José Fernandes de Lima, falou sobre a forma de gestão do Portal de Periódicos brasileiro. Ele explicou que as bases de dados científicas são disponibilizadas por meio da internet para todas as instituições federais, estaduais e municipais com programas de pós-graduação recomendados pela Capes.

A agência faz a negociação com as editoras internacionais e financia o serviço. Os acessos podem ser feitos por computadores instalados em laboratórios e bibliotecas das instituições. Em 2004, foram 27 milhões de acessos, um aumento de 35% em relação a 2003. Em 2005, de janeiro a agosto foram 19,2 milhões de acessos. "Uma das nossas prioridades é ampliar cada vez mais o acesso", destacou Lima. No Brasil, cerca de 1,3 milhão de professores, pesquisadores, estudantes de graduação, pós-graduação e técnicos utilizam o serviço.

O representante da Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN) de Portugal, José Joaquim Gomes Fernandes, disse que o consórcio de periódicos português ainda é novo – possui dois anos de existência – mas, de um ano para outro, foi ampliado de 3.500 textos completos para 16.750. Segundo Fernandes, 330 mil acessam o serviço, o que significa 80% da comunidade científica portuguesa.

Experiência – Quando iniciaram o processo de instalação, uma comissão veio ao Brasil. "É muito importante ver a experiência de outros países e no ano passado tivemos aqui para conhecer o Portal de Periódicos brasileiro", afirmou. Ao contrário do Brasil, onde o portal é totalmente financiado pelo governo federal, o consórcio de Portugal é uma parceria entre o governo e as instituições que solicitam o uso. "O governo paga uma parte, as que querem usar pagam a outra metade, no entanto, há uma questão de dimensão, as maiores contribuem com mais recursos financeiros", explicou.

A manutenção financeira é uma preocupação em todos os países que apresentaram suas experiências. Para a presidente da Comissão Nacional de Investigação Científica e Tecnológica do Chile (Conicyt), Anna Maria Prat Trabal, o país também optou por criar em 2001 uma parceria entre o governo chileno e as instituições. "Não há nenhuma universidade ou instituto de pesquisa que consiga adquirir sozinha estes artigos científicos, mas acreditamos ser importante envolver todas as instituições para que nunca haja descontinuidade do programa."

De acordo com Anna Maria, as instituições contribuem financeiramente de acordo com seu tamanho e necessidade de acesso. Segundo ela, o portal brasileiro é excelente e representa uma evolução, mas o Chile não teria recursos para adotar o mesmo modelo.

O diretor do Consórcio de Bibliotecas Universitárias da Catalunha, Espanha, Luís Anglada de Ferrer, explicou que no seu país existem seis consórcios. Cada estado financia 10% dos custos e as instituições de ensino superior financiam 90% do total. A maioria é de universidades públicas.

Para ele, o sistema de consórcio tem muitas vantagens porque, além das instituições usuárias terem noção do custo do serviço, é possível realizar outras ações. No caso da Catalunha, foi comprado um sistema de automatização para as bibliotecas, com montagem de um catálogo de dados de livros e um local para armazenamento de obras antigas, tudo para uso coletivo. Ferrer acredita que um único financiador é muito difícil de ser mantido e defende que o estado pague 50% e as universidades o restante.

Disponível em: <http://www.elearningbrasil.com.br>. Acesso em 8 dez. 2005.